

Plano Anual de Atividades

2021



ESCOLA JUDICIAL

TRT - 15ª Região



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CAMPINAS

2021

.....

Expediente

Rua Barão de Jaguará, 901 - 5º andar - Centro - Campinas - SP
CEP 13015-927 - Fone (19) 3731-1683

<https://trt15.jus.br/institucional/escola-judicial>
e-mail: escolajudicial@trt15.jus.br

.....

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

COMPOSIÇÃO - BIÊNIO 2020-2022

PRESIDENTE DO TRIBUNAL

Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Fabio Grasselli

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

CORREGEDORA REGIONAL

Ana Paula Pellegrina Lockmann

VICE-CORREGEDORA REGIONAL

Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

João Batista Martins César

VICE-DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

Ricardo Regis Laraia

OUVIDOR

Helcio Dantas Lobo Junior

VICE-OUVIDORA

Antonia Regina Tancini Pestana

ESCOLA JUDICIAL

DIRETOR

Des. JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR

VICE-DIRETOR

Des. RICARDO REGIS LARAIA

CONSELHO CONSULTIVO:

Des. EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA
Representante dos Desembargadores

Juiz GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO
Representante dos Juízes Titulares

Juiz MARCEL DE ÁVILA SOARES MARQUES
Representante dos Juízes Substitutos

AMATRA XV
(voz e assento)

[a definir]
Representante dos Servidores



JUÍZES E SERVIDORES REPRESENTANTES DAS CIRCUNSCRIÇÕES

Araçatuba

SIDNEY XAVIER ROVIDA

Juiz

RITA DE CÁSSIA LEITE MOTOOKA

KOZIMA

Servidora

Ribeirão Preto

JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO DE

OLIVEIRA SILVA

Juiz

MILEIDE CARLA COPPEDE ISAAC

Servidora

Bauru

ANA CLÁUDIA PIRES FERREIRA

DE LIMA

Juíza

MÁRCIA DI DONATTO FERREIRA

Servidora

São José do Rio Preto

HÉLIO GRASSELLI

Juiz

MÁRCIA MENDES PEQUITO

Servidora

Campinas

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA

Juíza

FLÁVIA PINAUD DE OLIVEIRA

MAFORT

Servidora

São José dos Campos

MARCELO GARCIA NUNES

Juiz

MEIRE FERREIRA FERRO FRANCO

KULAIF

Servidora

Presidente Prudente

JOSÉ ROBERTO DANTAS OLIVA

Juiz

ADAILTON ALVES DA SILVA

Servidor

Sorocaba

CANDY FLORENCIO THOMÉ

Juíza

RAUL TADEI TORMENA

Servidor

EQUIPE DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO SECRETARIA DA ESCOLA JUDICIAL

ASSESSORA: Lara de Paula Jorge

SEÇÃO DE FORMAÇÃO

Célia Regina Diniz de Almeida
Ana Paula Muranaka Saliba
Aline Praxedes Liporoni Valim
Elena Cristina Maschietto Pucinelli
Francisco Demoutiez Vasconcelos de Sousa
Isaías Clemente

SEÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ana Maria da Silva Oliveira
Maria Luciana Ferreira Leite Bacci
Patrícia Izumi da Silva
Sahori Sahori Barbosa Yamaki
João Henrique de Araujo Lavor

SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Alessandro Quiñones Schumacher
Fernanda Babini
Diego Dotto de Moraes
Fabiana Pereira de Andrade
Jusleine Aparecida Serasi
Jussara Rodrigues Meira

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

Emmannuela Freitas de Caldas
Giovanna Azevedo de Lima Pires
Jonathas Vinicius Figueiredo Moraes

SEÇÃO DE PESQUISA E PUBLICAÇÕES JURÍDICAS

Denise Pereira Toniolo
Elizabeth de Oliveira Rei

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	10
2 JUSTIFICATIVA.....	10
3 OBJETIVOS.....	12
3.1 Objetivo geral.....	12
3.2 Objetivo específico.....	12
4 PROGRAMAS.....	13
4.1 Programa de formação inicial de magistrados.....	13
4.2 Programa de formação continuada de magistrados.....	14
4.3 Programa intercâmbio profissional de magistrados.....	14
4.4 Programa de formação inicial de servidores.....	14
4.5 Programa de formação continuada de servidores.....	14
4.6 Programa de formação de formadores.....	15
4.7 Programa de formação de gestores.....	16
5 AÇÕES GERAIS DE FORMAÇÃO PARA TODOS OS PÚBLICOS.....	16
5.1 Direito em tela.....	16
5.2 Escola ao vivo.....	16
5.3 Pense, Direito! Compartilhando conhecimento.....	17
6 AÇÕES DE SUPORTE ESPECÍFICO.....	17
6.1 Programa Qualifica 1º Grau.....	17
6.2 Trilha de Aprendizagem.....	17
6.3 Cursos de extensão e pós-graduação <i>lato sensu</i>	18

7 PLANO DE CAPACITAÇÃO SETIC.....	18
8 IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES.....	18
9 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS METODOLÓGICOS.....	19
9.1 Relacionar parte e totalidade.....	19
9.2 A relação entre disciplinaridade e interdisciplinaridade.....	20
9.3 A relação entre teoria e prática.....	20
10 METODOLOGIA DAS AÇÕES FORMATIVAS.....	20
11 AVALIAÇÃO.....	20
12 CERTIFICAÇÃO.....	21
REFERÊNCIAS.....	21

1 APRESENTAÇÃO

Este documento consolida as atividades planejadas para atender às necessidades formativas de magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, relativas ao exercício de 2021, tendo como referencial o Projeto Pedagógico da Escola Judicial, o Programa Nacional de Formação de Magistrados do Trabalho 2020/2022 da ENAMAT, os itinerários formativos já mapeados e os normativos¹ que regulam a matéria.

Para a elaboração do Plano Anual é imprescindível a identificação das necessidades institucionais. Para tanto, são criados espaços de interlocução com todas as áreas, comitês e comissões envolvidas com a estratégia do Tribunal, por meio de reuniões setoriais de levantamento de necessidades, além da coleta pontual de indicações encaminhadas para a Escola ao longo de 2020. É necessário compreender as diversas realidades de trabalho e suas necessidades de formação para que seja possível oferecer intervenções significativas e efetivas. O resultado de todo o levantamento realizado é consolidado em um documento e submetido à Direção da Escola Judicial para a priorização e definição dos modelos de oferecimento das atividades indicadas como prioritárias, resultando no mapa que consta no Anexo I deste Plano.

Observa-se que a pandemia do coronavírus, que impôs o distanciamento social e o trabalho remoto desde março de 2020, ainda não está controlada. E como não há perspectiva clara acerca de quando a população estará imunizada, a Direção eleita da Escola Judicial, em reunião preparatória para a construção deste Plano, deliberou estabelecer que todas as ações formativas do primeiro semestre de 2021 continuarão a ser oferecidas de forma telepresencial ou por EaD.

Esta primeira etapa do Plano de Atividades da Escola Judicial para 2021 contemplará somente as ações que serão desenvolvidas no primeiro semestre, ficando postergado para os meses de março e abril o planejamento das ações que serão oferecidas no segundo semestre, ocasião em que se espera deter melhores condições para avaliar a viabilidade das ações presenciais.

Submetida à Direção da Escola Judicial em 10/12/2020, a proposta do Plano Anual 2021 foi levada à análise e aprovação do Conselho Consultivo da Escola, em reunião realizada no dia 11/12/2020.

2 JUSTIFICATIVA

Para além do desenvolvimento de competências técnicas, que envolvem essencialmente a dimensão do “saber fazer”, propõe-se, para as ações que integram o Plano de 2021, uma abordagem ampliada, que propicie condições para tratar dos “quatro pilares do conhecimento”².

¹Resoluções n. 1/2008, 9/2011, 18/2015 e 24/2019 da ENAMAT, bem como orientações contidas nas Resoluções n. 159/2012 e 192/2014 do CNJ e 159/2015 do CSJT, que tratam da Política Nacional de Educação para os servidores.

²Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer**, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; **aprender a fazer**, para poder agir sobre o meio envolvente; **aprender a viver juntos**, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas, e, finalmente, **aprender a ser**, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. (Educação: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI).

As rápidas transformações vivenciadas pela “sociedade 4.0” não deixaram de fora o universo do Judiciário. Novas tecnologias como o processo eletrônico, a inteligência artificial, as redes de comunicação, o compartilhamento de arquivos em nuvem e a conexão remota entre as pessoas, por exemplo, passaram a integrar o dia a dia de magistrados e servidores. Essas rápidas mudanças passaram a exigir novas competências, além daquelas relacionadas ao “saber fazer”, tendo em vista que demandam habilidades e competências que ofereçam condições e repertório para respostas e enfrentamento desse novo momento vivido pela humanidade.

Neste cenário, a educação assume significativo papel de poder oferecer suporte, recursos e ferramentas para respostas mais conscientes e equilibradas, que viabilizem a manutenção da saúde física e mental de magistrados e servidores. Competências como ser resiliente, criativo, inovador, colaborativo, estar aberto a novas ideias, a lidar com desafios, a aprender a desaprender e a reaprender deverão estar na base do planejamento das ações, porque assumiram condição essencial neste novo mundo que nos carrega para um espaço ainda desconhecido. Como lidar com todas as questões contemporâneas, mantendo a saúde e o equilíbrio emocional?

É nessa perspectiva que se propõe a ampliação das estratégias educacionais, a fim de que possam também ser abordadas as dimensões relacionadas ao “saber conhecer”, ao “saber conviver” e ao “saber ser”. No contexto da “sociedade 4.0”, ganham significativa relevância o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de competências socioemocionais, superando a visão puramente instrumental da educação profissional, para criar olhares voltados à pessoa em sua totalidade.

Para que seja possível compreender o impacto promovido por essas mudanças, cita-se, a título exemplificativo, a migração das atividades judiciais e administrativas para o meio eletrônico. Na perspectiva do trabalho dos servidores, a utilização de muitos sistemas informatizados em permanente aperfeiçoamento vem promovendo a “desmaterialização do trabalho” e ampliando o nível de complexidade e exigência da atividade intelectual. Tais atividades demandam competências cognitivas complexas, cujo desenvolvimento ou aperfeiçoamento deve ser estimulado transversalmente, por meio da prática, adotando-se metodologias ativas que efetivamente convoquem o aluno a interagir com os desafios da atualidade.

Na perspectiva da formação de magistrados, o cenário atual evidencia um desalinhamento entre a proposta idealizada de um exercício cuidadoso, humanizado e efetivo da magistratura, em confronto com o elevado volume de processos, metas, cobrança por produtividade e exigências gerencialistas, resultando em sentimentos de insatisfação e frustração. Reforçando essa perspectiva, o **Programa Nacional de Formação de Magistrados do Trabalho da ENAMAT 2020-2022**, ao discorrer sobre as transformações da profissão, avalia:

Gerir, julgar, executar, em moto-contínuo, um volume improvável de processos fez aumentar o estresse e os riscos de adoecimento, além de reduzir o espaço da subjetividade no trabalho. Com efeito, cada litígio é doravante examinado pelo magistrado como um instantâneo, uma mera etapa de seu trabalho. Não há mais tempo a perder, porque, premidas pelas demandas de uma produção industrial de decisões, estas últimas se transformam em um retrato do possível e das circunstâncias nas quais elas são proferidas. (BRASIL, 2020b, p. 24).

Noutra perspectiva, a hiperconexão e o trabalho remoto trazem desafios para um “saber conviver”. O cuidado com a qualidade das relações humanas deve ser também uma das vertentes no planejamento das ações da Escola. A aceitação do diverso, o conhecimento e o respeito sobre

a história, dificuldades, expectativas e realidades do outro são olhares que demandam permanente intervenção. Não por acaso, a ENAMAT inseriu no rol de competências para a formação de magistrados, atualizado pela Resolução n. 25 daquela Escola Nacional, o eixo “alteridade”, abordando competências que promovam um “contínuo e permanente esforço de compreensão do outro” (BRASIL, 2020b, p. 44).

O autoconhecimento emerge também como recurso fundamental para o enfrentamento das complexas situações desta era de permanentes e rápidas mudanças. Conhecer e pacificar as próprias emoções são estratégias que cada vez mais se revelam necessárias para a manutenção do equilíbrio e da saúde emocional e mental. A dimensão do “saber ser” contempla um desenvolvimento dessa autonomia, e é a partir dela que será possível compreender o outro.

O desenvolvimento da empatia como importante recurso de conexão com o outro requer, antes de mais nada, a conexão consigo. Já a compaixão, como decorrência dessa abertura para se conectar consigo e com o outro, envolve “reconhecer a nossa condição humana compartilhada, imperfeita e frágil” (NEFF, 2017, p. 18). Juntas podem oferecer recursos que viabilizem relacionamentos mais saudáveis, consigo e com os outros. Trata-se, portanto, de uma nova abordagem, que extrapola os limites da educação técnica para o trabalho, mas que é essencial para a qualidade das relações humanas, para a compreensão do significado do trabalho e a valorização do ser humano.

Assumem significativa importância, nesse aspecto, competências relacionadas ao “saber conhecer”, tanto sob a perspectiva da identificação das próprias necessidades formativas e de auto-desenvolvimento, quanto na da identificação das estratégias pessoais que melhor serão adequadas ao processo de aprendizagem. O desenvolvimento da metacognição pode ser fator de crucial relevância para o aperfeiçoamento desta perspectiva de fundamento para as demais aprendizagens.

Propõe-se, portanto, uma abordagem mais ampla e integradora ao Plano Anual 2021, intencionando oferecer recursos para que magistrados e servidores possam adaptar-se às inevitáveis e grandes mudanças pelas quais a humanidade está passando.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Estabelecer premissas orientadoras e definir as ações que serão oferecidas pela Escola Judicial no decorrer de 2021 para magistrados e servidores.

Definir o cronograma de realização para que os interessados possam organizar suas rotinas profissionais, compatibilizando-as com a agenda de atividades da Escola Judicial.

3.2 Objetivo Específico³

Desenvolver postura ética, proativa, crítica, independente, humanizadora das relações no âmbito judiciário, garantidora dos princípios do Estado Democrático de Direito e socialmente comprometida com o exercício da função;

³Objetivos específicos definidos no Projeto Pedagógico da Escola Judicial.

Capacitar magistrados e servidores para a proposição da solução justa e pacificadora dos conflitos nas dimensões jurídica, sociológica, econômica e psicológica, mediante visão integradora e democrática do processo;

Desenvolver as competências para que magistrados se relacionem interpessoalmente de modo eficaz, relacionem-se com a sociedade e a mídia, argumentem juridicamente na posição de terceiro, administrem a unidade judiciária, profiram decisões com suporte nas mais variadas ferramentas jurídicas (equidade, analogia, princípios, direito comparado etc.), garantam a efetividade trabalhista, dirijam a fase instrutória em contraditório, e promovam a conciliação ética e pacificadora;

Capacitar os servidores para que apoiem com efetividade, celeridade e qualidade, a realização das atividades do TRT;

Propiciar a aquisição de saberes de outros ramos do conhecimento indispensáveis à atividade jurisdicional que não foram objeto de formação acadêmica jurídica específica;

Favorecer a integração do juiz e dos servidores ao contexto sociocultural, econômico e político da região do exercício da atividade jurisdicional, e

Promover a formação de multiplicadores, magistrados e servidores, para a atuação alinhada aos princípios pedagógicos norteadores do trabalho da Escola Judicial.

4 PROGRAMAS

Buscando conferir organicidade e articulação dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento de competências identificadas como estrategicamente relevantes, as ações da Escola são organizadas por programas. Para melhor compreensão de seu escopo e alcance, cada uma delas serão a seguir descritas, observando-se que nem todos os programas serão oferecidos ao longo de 2021⁴.

4.1 Programa de formação inicial de magistrados

Público-alvo: magistrados vitaliciandos.

Pautada nas diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), as atividades deste programa são inauguradas no dia imediatamente após ao da posse e se estendem por 60 dias. Concluída essa etapa, os magistrados vitaliciandos permanecem em acompanhamento pela Escola até a conclusão deste período, realizando também 40 horas semestrais de atividade formativa.

Não foram inseridas ações deste programa no plano de atividades do primeiro semestre por não haver, ao menos por ora, previsão de nomeações. Há, contudo, possibilidade de liberação de nomeações pelo CSJT. Caso confirmadas, o plano sofrerá ajustes para contemplar as ações deste programa.

⁴Alguns programas não serão oferecidos em razão de restrições orçamentárias ou porque não há ingresso de novos servidores ou novos magistrados, no caso de curso de formação inicial.

4.2 Programa de formação continuada de magistrados

Público-alvo: magistrados vitalícios.

Tem por finalidade proporcionar condições para a aquisição e o aperfeiçoamento de competências técnicas, cognitivas e socioemocionais. As ações deste programa são elaboradas com base nos pressupostos político-pedagógicos estabelecidos pela ENAMAT.

Os magistrados vitalícios devem frequentar 30 horas-aula de atividades de formação continuada por semestre, cabendo à Escola Judicial oferecer 60 horas-aula no mesmo período, nos termos da Resolução ENAMAT n. 9/2011, que regulamenta este programa. As atividades devem observar os eixos e competências definidos na Resolução ENAMAT n. 25/2020.

4.3 Programa intercâmbio profissional de magistrados

Público-alvo: magistrados vitalícios.

Observa os parâmetros estabelecidos pela Resolução ENAMAT n. 21, de 11 de dezembro de 2018, que considera o intercâmbio profissional instrumento de relevância para o desenvolvimento de competências profissionais dos magistrados, sobretudo em razão dos novos desafios em termos de alterações da dinâmica social. Em razão do contexto pandêmico e das restrições orçamentárias, não há previsão de oferecimento de ações vinculadas ao programa em 2021.

4.4 Programa de formação inicial de servidores

Público-alvo: servidores novos, do ingresso até 2 anos de efetivo exercício.

Tem por objetivo promover o desenvolvimento de competências básicas necessárias para o desempenho das atividades inerentes às atribuições que exercem nas diversas áreas deste Regional. Em razão da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que proíbe admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou de falecimento de servidores, não há previsão de nomeações que comportem o planejamento de atividades para este programa.

4.5 Programa de formação continuada de servidores

Público-alvo: servidores das áreas judicial e administrativa.

Tem por escopo aperfeiçoar as competências já desenvolvidas e ampliar o rol de novas competências técnicas, cognitivas e socioemocionais necessárias para o exercício da função. Possibilita, outrossim, um olhar cuidadoso para a geração de conhecimento e o compartilhamento de saberes.

Os servidores em formação continuada participam de cursos presenciais e a distância que observam as especificidades das áreas de atuação. Integram também este programa alguns cursos previstos cujo oferecimento é exigência normativa, como, por exemplo, Reciclagem Anual para agentes de segurança (Lei n. 11.416/2006, art. 17, § 3º, e Resolução CSJT n. 108/2012).

Desse modo, para o planejamento das ações são consideradas as seguintes particularidades de cada público-alvo:

Área Judicial

- 1º Grau - diretores de secretaria/coordenadores de posto avançado, assistentes de juiz, secretários de audiências, calculistas, servidores de Vara do Trabalho (todos aqueles que atuam nas unidades de primeiro grau que não possuem uma função específica), oficiais de justiça, Chefes da Divisão de Execução e Coordenador de CEJUSC.

- 2º Grau - servidores lotados em gabinetes de desembargadores que atuam na elaboração de minutas de voto e funções administrativas, servidores lotados na Assessoria de Recurso de Revista, Secretarias de Turma, Secretaria da Vice-Presidência Judicial e Unidades vinculadas à Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, Assessoria de Precatórios.

Área Administrativa

Unidades vinculadas à Secretaria Geral da Presidência, Diretoria Geral, Corregedoria, Secretaria da Vice-Presidência Administrativa, Secretaria da Ouvidoria, Assessoria da Escola Judicial.

Oportuno observar que a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Coordenadoria de Controle Interno têm, por determinação da Resolução n. 211/2015 (SETIC) e Parecer n. 2/2013 SCI/Presi/CNJ, a obrigatoriedade de elaborar planos de capacitação específicos, com atividades formativas internas ou externas.

Outrossim, a Resolução CNJ n. 347, de 13 de outubro de 2020, ao dispor sobre a política de governança das contratações públicas no Poder Judiciário, prevê no art. 13, a obrigatoriedade de um Plano Anual de Capacitação para “as funções-chave da gestão de contratações, incluindo dirigentes, pregoeiros, membros das comissões de licitação, servidores que atuam na pesquisa de preços, gestores e fiscais de contratos, bem como agentes que atuam nas demais fases do processo de contratação”. As ações relacionadas a este plano deverão ser inseridas no segundo semestre, por demandarem tempo hábil para seu planejamento.

4.6 Programa de Formação de Formadores

Público-alvo: magistrados e servidores

A qualidade das ações formativas oferecidas pela Escola Judicial guarda direta e imediata correspondência com a qualificação e alinhamento dos formadores com o projeto pedagógico. O formador é figura central na criação, organização e desenvolvimento de espaços de reflexão e construção coletiva de conhecimentos no ambiente institucional. Nesta esteira, o permanente aperfeiçoamento dos formadores é uma ação estratégica que precisa ser regularmente oferecida.

O programa visa identificar e capacitar, mediante itinerário específico, magistrados e servidores que tenham perfil e interesse para atuar como coordenadores, formadores, orientadores,

conteudistas, curadores de trilha de aprendizagem e tutores, e compor o banco de docentes da Escola Judicial.

4.7 Programa de Formação de Gestores

Público-alvo: servidores que exercem funções de natureza gerencial nos níveis estratégico, tático e operacional, e também àqueles servidores que almejam assumir cargos de direção, coordenação ou supervisão, e/ou integrar banco de gestores em potencial.

O elevado grau de competências esperado para que gestores atuem com efetividade nas diversas unidades que compõem este Regional aponta para a necessidade de aprimoramento contínuo deste público-alvo. Há também premente demanda institucional estratégica de preparação de sucessores para o exercício de funções gerenciais.

O Programa de Formação de Gestores tem por escopo dar organicidade e viabilizar a oferta das ações destinadas ao desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de funções gerenciais, conforme preconiza o art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.416/2006, e preparar servidores que tenham aptidão e interesse para assumir cargos de direção, coordenação ou supervisão, e/ou integrar banco de gestores em potencial.

5 AÇÕES GERAIS DE FORMAÇÃO PARA TODOS OS PÚBLICOS

Além de ações voltadas para a formação específica, descrita nos programas já relacionados, a Escola tem também a proposta de atividades com abordagens amplas e diversificadas que proporcionem debates e fomentem o desenvolvimento de uma visão crítica acerca de temas da atualidade. Integram esta proposta as seguintes ações:

5.1 Direito em Tela

Objetivo: promover o desenvolvimento de postura crítica e reflexiva, o intercâmbio de saberes e a construção de novas perspectivas por meio da arte.

Sob a curadoria de magistrado indicado pela Direção da Escola, serão realizados encontros bimestrais, com exibição de filmes relacionados aos direitos sociais, cidadania e trabalho, seguidos de debate temático.

5.2 Escola ao vivo

Objetivo: oferecer espaço acessível de análise e expansão de conhecimentos relacionados ao mundo do trabalho, diversidade, saúde e qualidade de vida, por meio de palestras ou painéis temáticos *on-line*.

Ações de curta duração, por transmissão pelo Canal do **YouTube** da Escola Judicial, compartilhada com todas as Escolas Judiciais, Procuradoria do Trabalho e Escola Nacional de Inspeção do Trabalho.

5.3 Pense, Direito! Compartilhando conhecimento

Objetivo: oportunizar espaço para que o magistrado afastado para estudo possa disseminar os conhecimentos adquiridos, em atendimento ao disposto no art. 4º, inciso XI, alínea “e”, da Resolução Administrativa n. 5/2020.

O magistrado será convidado a compartilhar com seus pares, servidores e estagiários, os conhecimentos adquiridos durante o período de afastamento e poderá fazê-lo por meio de cursos, palestras ou publicação de artigos sem qualquer ônus para o Regional, que apoiou sua iniciativa de aprimoramento e desenvolvimento profissional.

6 AÇÕES DE SUPORTE ESPECÍFICO

6.1 Programa Qualifica 1º Grau

Objetivo: atender às necessidades específicas relacionadas às atividades práticas de servidores lotados nas Varas do Trabalho.

Trata-se de programa criado pela Escola Judicial do TRT15, destinado a atender às demandas emergenciais por formação básica dos servidores lotados nas unidades de primeira instância.

Esta capacitação é realizada no próprio ambiente de trabalho do servidor aluno, em horário de trabalho e sem o deslocamento para as dependências da Escola Judicial. Pode abranger todos os servidores da unidade demandante ou somente perfis profissionais específicos. Atualmente é desenvolvida em modelo totalmente remoto, com a utilização do **Google Meet** como sala de aula.

6.2 Trilha de Aprendizagem

Com ênfase no autogerenciamento do processo formativo, a metodologia da “Trilha de Aprendizagem” orientada por processos propõe que o servidor desenvolva o seu percurso formativo, acessando conteúdos de acordo com a sua necessidade profissional. Tem como base o processo de trabalho e, portanto, é eminentemente voltada à prática profissional. A hiperconexão possibilita a criação de amplas teias de acesso a conteúdos, sendo a trilha um importante recurso de direcionamento e indexação de temas. O aluno poderá orientar e gerir o seu percurso formativo, respeitando seu ritmo, disponibilidade e necessidades profissionais. Oferecer alternativas rápidas, flexíveis e dinâmicas, com foco em competências específicas. Pode contemplar práticas como mentoria, seminários, jornais e periódicos diversos, livros, recursos de interação na internet, comunidades de aprendizagem, filmes, vídeos e outros recursos, com o escopo de desenvolvimento centrado na necessidade do aluno.

Com a proposta de estímulo ao autodesenvolvimento, a trilha quebra o paradigma de formação exclusivamente por cursos e propõe que o aluno seja o protagonista de sua aprendizagem.

6.3 Cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu*

Contempla a contratação de cursos customizados para turmas fechadas, com escopos definidos, oferecidos por instituições bem avaliadas para o atendimento de demandas de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

Para 2021 está prevista a contratação de turma *on-line* do curso “Transtornos Mentais”, oferecido pela Faculdade de Medicina da USP-SP.

Outrossim, os convênios com instituições públicas e privadas, disponíveis na página da Escola, oferecem estímulo ao permanente aperfeiçoamento de magistrados e servidores deste Regional.

7 PLANO DE CAPACITAÇÃO SETIC

Objetivo: conferir organicidade às ações de formação e aperfeiçoamento aos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC), em atendimento aos termos da Resolução n. 211/2015 do CSJT.

A formação dos servidores lotados na SETIC baseia-se nas determinações constantes da Resolução n. 211/2015 do CSJT (art. 15). As ações de formação estão vinculadas ao planejamento estratégico do Tribunal, com a finalidade de contribuir para o alcance das metas institucionais.

Integram o Plano SETIC ações de desenvolvimento de competências gerenciais, voltadas às especificidades da área de gestão e governança de TIC, assim como competências técnicas relacionadas às coordenadorias que integram aquela Secretaria, descritas no Anexo II deste documento.

Mantendo o modelo de contratação de licenças rotativas da plataforma ALURA, que podem ser concedidas a diferentes servidores durante a vigência da assinatura, em 2021 serão também contratadas licenças para acesso à plataforma Udemy, com o objetivo de atender às necessidades específicas dos servidores lotados na Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações. Cabe aos gestores das coordenadorias da SETIC o mapeamento das necessidades de cada servidor e o acompanhamento da execução do plano, de acordo com as trilhas de aprendizagem definidas na plataforma.

A proposta de Plano Anual de Capacitação da SETIC é elaborada a partir da identificação das necessidades de formação e aperfeiçoamento, em trabalho conjunto da Escola e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. O Anexo II deste documento contempla a proposta aprovada pela Escola.

Posteriormente, será submetida à validação pelo Comitê de Governança de TIC e, finalmente, encaminhada para a aprovação pela Presidência deste Regional. Uma vez aprovada, compete à Escola Judicial acompanhar o seu desenvolvimento.

8 IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES

O trabalho de identificação de necessidades formativas dos servidores e magistrados deste Tribunal teve início em 26 de agosto de 2020 e tomou por base as seguintes referências:

- a) apontamentos da Administração, Núcleos, Comissões e Comitês do Tribunal;
- b) objetivos estratégicos do TRT15;
- c) alterações legislativas relevantes para a Justiça do Trabalho;
- d) datas comemorativas importantes de registro;
- f) sugestões fundamentadas, e
- g) prospecção de temas relevantes.

Foram realizadas reuniões com representantes da Administração do Tribunal, com a finalidade de apurar, a partir das diretrizes e ações previstas para 2021, eventuais demandas para a Escola Judicial, bem como necessidades específicas de formação:

- Reunião em 21.9.2020, com representantes da Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Orçamento e Finanças, Coordenadoria de Comunicação Social, Coordenadoria de Controle Interno, Secretaria de Saúde, Coordenadoria de Estatística e Pesquisa, Secretaria Geral da Presidência, Assessoria de Segurança e Transporte e Assessoria de Apoio aos Magistrados;

- Reunião em 23.9.2020, com os representantes da Presidência, Vice-Presidência Judicial, Corregedoria Regional e Secretaria de Gestão de Pessoas;

- Reuniões em 25.9.2020 e 16.10.2020, com representantes de comitês e comissões do Tribunal;

- Reunião em 7.10.2020, com os gestores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) para a definição das ações relacionadas ao Plano de Capacitação SETIC.

Coletadas e organizadas, as demandas foram submetidas à Direção da Escola Judicial, bem como ao Diretor e ao Vice-Diretor eleitos, para a priorização das necessidades. A priorização contemplou também a identificação das ações que serão oferecidas no primeiro semestre de 2021, consolidadas no quadro que integra o Anexo I deste documento.

9 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS METODOLÓGICOS

O plano anual de atividades está fundamentado no Projeto Pedagógico da Escola Judicial do TRT da 15ª Região, cuja concepção de aprendizagem pressupõe a participação ativa dos alunos na própria dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, à qual se vislumbra uma reorganização dos conhecimentos adquiridos, situando o indivíduo em patamar mais elevado que o possibilite intervir nas situações demandadas no meio profissional. Consolida-se nos seguintes princípios metodológicos:

9.1 Relacionar parte e totalidade

O conhecimento de fatos ou fenômenos é o conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade concreta. Se para conhecer é preciso operar uma cisão no todo, isolando temporariamente os fatos, este processo só ganha sentido quando se insere a parte na totalidade, compreendendo as relações que entre elas se estabelecem. Pela análise da parte atinge-se uma síntese qualitativamente superior do todo; a parte, por sua vez, só pode ser compreendida a partir de suas relações com a totalidade. Parte e totalidade, análise e síntese, são momentos entrelaçados na construção dos conhecimentos.

9.2 A relação entre disciplinaridade e interdisciplinaridade

A produção do conhecimento é interdisciplinar: a relação entre parte e totalidade mostra a falácia da autonomização das partes em que foi dividida a ciência, a serem ensinadas apenas lógico-formalmente em blocos disciplinares através de sua apresentação, memorização e repetição segundo uma sequência rigidamente estabelecida. Ao contrário, indica a necessidade de articulação entre os diversos campos do conhecimento através da interdisciplinaridade, que, por sua vez, também articulam práticas sociais, culturais, políticas e produtivas.

9.3 A relação entre teoria e prática

A partir dessa concepção, há que se aprofundar na compreensão das dimensões constituintes do processo de produção do conhecimento em suas relações: a teórica, que se mantém no plano da reflexão, e a prática, que se mantém no plano dos fazeres, e como podem ser desenvolvidas por meio dos processos de formação humana.

10 METODOLOGIA DAS AÇÕES FORMATIVAS

A metodologia escolhida funda-se na alternância entre espaços de aprofundamento teórico e de intervenção prática, de maneira a viabilizar o constante movimento do pensamento sobre a realidade para problematizá-la, apreendê-la e compreendê-la em sua dimensão de síntese de complexas relações.

Prioriza a prática laboral para articular parte e totalidade, teoria e prática, interdisciplinaridade e promoção do protagonismo do aluno, por meio de metodologias ativas, com estratégias facilitadoras da aprendizagem significativa, tais como: aula expositiva dialogada, seminários, oficinas, painéis, fóruns de discussão, estudo de caso, tempestade cerebral, mapas conceituais, solução de problemas, grupos de verbalização e de observação, dramatização etc.

Outrossim, com a proposta de instigar a autonomia e o protagonismo de servidores, relativamente a conteúdos vinculados aos processos de trabalho já mapeados, a metodologia da “Trilha de Aprendizagem” orientada por processos será adotada, em caráter piloto. Trata-se de uma nova abordagem que demanda mudança de paradigmas, exigindo uma postura mais ativa e autônoma do aluno. Com efeito, não raro são encaminhadas proposições de cursos relacionados a conteúdos já disponíveis em videoaulas ou outros recursos tecnológicos já existentes na internet. Essa faceta benéfica da hiperconexão pode ser explorada, estimulando a autonomia e o protagonismo do aluno, a quem caberá orientar e gerir o seu percurso formativo, respeitando seu ritmo, disponibilidade e necessidades profissionais.

11 AVALIAÇÃO

A avaliação nas ações de formação e aperfeiçoamento é um instrumento que permite verificar o aprendizado dos alunos e também orientar a tomada de decisões da equipe da Escola

Judicial na reformulação de algum aspecto que não tenha permitido alcançar o objetivo da atividade pedagógica.

Nos cursos oferecidos pela EJud 15, presencial e a distância, são utilizadas as seguintes avaliações: diagnóstica, de aprendizagem, de reação e de impacto (em atividades específicas).

12 CERTIFICAÇÃO

A certificação das horas realizadas em atividades pedagógicas oferecidas pela Escola Judicial é concedida a magistrados e servidores seguindo os critérios definidos pela ENAMAT, por meio da Resolução n. 8, de 10 de outubro de 2011, e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para servidores, por meio da Resolução CSJT n. 159, de 27 de novembro de 2015, respectivamente.

Em ações pedagógicas presenciais para magistrados a frequência de 100% é necessária para que a carga horária total do curso seja averbada. Em caso de ausências justificadas de até 25% da carga horária total serão atribuídas atividades complementares compensatórias.

Em ações pedagógicas presenciais para servidor, a frequência está condicionada à participação mínima em 75% do evento. Ausências justificadas serão submetidas à apreciação da Direção da Escola Judicial, que avaliará a viabilidade de certificação proporcional à participação.

Para as atividades a distância, em especial nos cursos, é conferido o certificado ao aluno que obtiver aproveitamento satisfatório na soma das avaliações por meio de pontuação, conforme os critérios previamente divulgados aos participantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. **Resolução n. 159**, de 12 de novembro de 2012. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=972>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. **Resolução n. 192**, de 8 de maio de 2014, Brasília, DF, 2014a. (Alterado por meio da Resolução n. 246, de 8 de maio de 2018). Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2012>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. **Resolução n. 211**, de 15 de dezembro de 2015, Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3052>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. **Resolução n. 246**, de 8 de maio de 2018, Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3461>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. **Resolução n. 347**, de 13 de outubro de 2020, Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3518>.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho [CSJT]. **Resolução n. 108**, de 29 de junho de 2012. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/24958>.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho [CSJT]. **Resolução n. 159**, de 27 de novembro de 2015. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/75331>.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho [CSJT]. **Resolução n. 185**, de 6 de novembro de 2019 (republicação em cumprimento à Resolução n. 249, de 25 de outubro de 2019, do CSJT). Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/102716>.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho [CSJT]. **Resolução n. 211**, de 24 de novembro de 2017 (republicação em 14 de dezembro de 2017, em razão de erro material). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/121170>.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho [CSJT]. **Resolução n. 218**, de 23 de março de 2018. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/128269>.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho [CSJT]. **Resolução n. 249**, de 6 de novembro de 2019. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/164577>.

BRASIL. Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho [CGJT]. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Ato Conjunto n. 2**, de 19 de novembro de 2013. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/34939>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Programa Nacional de Formação de Magistrados do Trabalho 2020-2022**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: http://www.enamat.jus.br/?page_id=2307.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Resolução n. 1**, de 26 de março de 2008 (republicação em 10 de abril de 2019, em face de Resolução ENAMAT n. 22, de 26 de março de 2019). Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/2008>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Resolução n. 8**, de 14 de abril de 2016 (republicação em face da Resolução n. 19, de 2016). Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/17158>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Resolução n. 9**, de 15 de dezembro de 2011 (republicação em 6 de outubro de 2014, por força da Resolução n. 13, de 13 de dezembro de 2013 e da Resolução n. 15, de 30 de setembro de 2014). Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/21316>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Resolução n. 13**, 13 de dezembro de 2013. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/35279>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Resolução n. 15**, de 30 de setembro de 2014 (republicação em 17 de outubro de 2014 em razão de erro material). Brasília, DF, 2014c. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/48629>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Resolução n. 19**, de 13 de abril de 2016. Brasília, DF, 2016b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/83293>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Resolução n. 21**, de 11 de dezembro de 2018. Brasília, DF, 2018c. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/147720>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Resolução n. 22**, de 26 de março de 2019 (republicação em 29 de julho de 2019 em razão de erro material). Brasília, DF, 2019c. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/152694>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Resolução n. 24**, de 17 de dezembro de 2019 (revoga a Resolução n. 18, de 29 de junho de 2015). Brasília, DF, 2019d. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/166517>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho [ENAMAT]. **Resolução n. 25**, de 4 de junho de 2020 (revoga a Resolução n. 24, de 17 de dezembro de 2019). Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/172810>.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. **Plano Estratégico do TRT da 15ª Região 2015-2020**. Campinas, 2020d. Disponível em: <https://trt15.jus.br/institucional/gestao-estrategica/plano-estrategico-2015-2020>.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. **Projeto Pedagógico da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**. Campinas, 2016c. Disponível em: <https://trt15.jus.br/index.php/institucional/escola-judicial/projeto-pedagogico>.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (destaques). 2010. 46 p. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por?posInSet=3&queryId=830ee993-dee6-492b-ae9-b1399dda7dd1.

NEFF, Kristin. **Autocompaixão**: pare de se torturar e deixe a insegurança para trás. Tradução de Beatriz Marcante Flores. Teresópolis: Lúcida Letra, 2017.



ESCOLA JUDICIAL

TRT 15ª Região

Seção de Pesquisa e Publicações
Jurídicas

ANEXO I
PLANO DE ATIVIDADES – 2021
MAGISTRADOS E SERVIDORES
ESCOLA JUDICIAL TRT 15ª REGIÃO

PERÍODO	MÊS	EVENTO	PÚBLICO-ALVO	EIXO ENAMAT	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	ITINERÁRIO	PROGRAMA
Janeiro								
6 - Último dia do recesso								
Janeiro Branco – Conscientização sobre a saúde mental 11 – Dia do Combate da Poluição por Agrotóxicos 28 – Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo								
Fevereiro								
20 – Dia Mundial da Justiça Social								
15, 16 e 17 – Carnaval								
10, 19 e 25	Fevereiro	Curso sobre Metodologias Ativas de Aprendizagem para o universo online	Servidores da Escola Judicial e formadores	--	A distância - Zoom	10h (5 aulas de 2h)		
12	Fevereiro	ESCOLA AO VIVO Abertura do Ano Letivo da Escola Judicial Aula magna: Inclusão e diversidade – trilhando caminhos para uma sociedade mais tolerante e solidária	Magistrados, servidores, estagiários	--	Transmissão ao vivo	1,5h		
24	Fevereiro	ESCOLA AO VIVO Ao fazer a declaração, destine parte do seu Imposto de Renda a projetos sociais de sua cidade	Magistrados, servidores, estagiários, público em geral e em especial as associações de classes	--	Transmissão ao vivo	2h		
25 a 26	Fevereiro	ESCOLA AO VIVO 1º Ciclo - Painel virtual: LGPD – análise principiológica (2 palestrantes)	Magistrados, servidores, estagiários	--	Transmissão ao vivo	6h (3h em cada dia)		
Março								
31 - Início da Semana Santa								
1º – Dia Mundial de Zero Discriminação (todas as formas de discriminação) 8 – Dia Internacional da Mulher 16 – Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas 21 – Dia Internacional Contra a Discriminação Racial 22 – Dia Mundial da Água								
1º	Março	ESCOLA AO VIVO Autismo	Magistrados, servidores e estagiários	--				

3 e 10 (continuação)	Março	Curso sobre Metodologias Ativas de Aprendizagem para o universo <i>online</i>	Servidores da Escola Judicial e formadores	--	A distância - Zoom	10h 5 aulas de 2h		
3 a 16	Março	Curso Ferramentas de Gestão – Turma 1 (Etapa 1)	Diretores de secretarias de VTs	--	A distância (moodle)	16h	Diretores de Secretaria	Formação continuada
04 e 05	Março	Justiça 4.0 – Diálogos Intrainstitucionais: Audiências e Sessões Coordenador: Dr. Ricardo Regis Laraia	Magistrados	Eixo: Direito e Sociedade Subeixo: Tecnologia	Vivências + oficinas no Google Meet	4h		
8	Março	ESCOLA AO VIVO Dia da Mulher – A mulher e o teletrabalho	Magistrados, servidores e estagiários	--	Transmissão ao vivo	1h30		
10 a 30	Março	Curso Ambientação para estagiários	Estagiários	--	A distância (moodle)	5h	---	---
10 a 30	Março (até junho)	Curso Transtornos mentais da USP	Magistrados	Eixo: Direito e Sociedade Subeixo: Adoecimento e Mundo do Trabalho	A distância (moodle)	60h		
12	Março	Fundamento do Direito Coletivo do Trabalho	Magistrados e servidores	Eixo: Resolução de conflitos Subeixo: Conciliação, arbitragem e meios adequados de resolução de disputas	Google Meet (3h pela manhã e 3h à tarde)	6h		
15 a 18	Março	Sistema de Gestão de Precatórios e RPVs – GPPEC	Servidores da Assessoria de Precatórios (13 horas-aula) e servidores do 1º Grau (6 horas-aula)	--	Google Meet	13h		
17 a 26	Março	Curso Ferramentas de Gestão – Turma 1 (Etapa 2)	Diretores de secretarias de VTs	--	Google Meet	10h	Diretores de Secretaria	Formação continuada
19	Março	ESCOLA AO VIVO Inovação – Case TRF3ª Região	Magistrados e servidores	--	Transmissão ao vivo	1h30		
24	Março	Visita dos Estudantes <i>online</i>	Estagiários e Público Externo	--				
Abril								
1 e 2 – Semana Santa 21 – Tiradentes								
Abril verde – Saúde e segurança no ambiente de trabalho (dia 28 comemora-se o dia mundial em memória das vítimas de acidentes e doenças do trabalho) 2 – Dia Mundial da Conscientização do Autismo 6 – Dia Nacional de Mobilização pela Promoção da Saúde e Qualidade de Vida 20 – Dia do Planeta Terra 24 – Dia Internacional do Jovem Trabalhador								
1º a 23	Abril (desde março)	Curso Transtornos mentais da USP	Magistrados	--		60h		

1º a 28	Abril	Curso Atualização de Cálculos no PJe-Calc	Servidores de 1º grau	--	A distância (moodle)	16h + 4 aulas ao vivo	Servidores de 1º grau	Formação continuada
1º a 30	Abril	Curso EXE 15 Turma 1	Servidores de 1º grau	--	A distância (moodle)	35h + 3 aulas ao vivo	Servidores de 1º grau	Formação continuada
5 a 19	Abril	2º Ciclo – LGPD	Magistrados e servidores	Eixo: Direito e Sociedade Subeixo: Tecnologia	Google Meet e Fórum de Discussão no Moodle	25h (total) 11 aulas de 2 horas-aula + 3 horas de fórum de discussão com problematização		
7 a 20	Abril	Curso Ferramentas de Gestão – Turma 2 (Etapa 1)	Diretores de secretarias de VTs	--	A distância (moodle)	16h	Diretores de Secretaria	Formação continuada
9	Abril	ESCOLA AO VIVO Execução	Magistrados, servidores e estagiários	--	Transmissão ao vivo	2h		
12 a 16	Abril	Planilhas do Libreoffice Calc	Servidores da Coordenadoria de Pagamento, da Coordenadoria de Informações Funcionais de Servidores e da Secretaria de Orçamento e Finanças	--	Híbrido (sugestão)	14h		
22 a 30	Abril	Curso Ferramentas de Gestão – Turma 2 (Etapa 2)	Diretores de secretarias de VTs	--	Google Meet	10h	Diretores de Secretaria	Formação continuada
2	Abril	ESCOLA AO VIVO Dia do Autismo	Magistrados, Servidores e estagiários	--	Transmissão ao vivo	1h30		
A definir	Abril	3ª fase da Capacitação para Secretários de audiência (1ª edição)	Secretários de Audiência	--	Google Meet	4h		
27	Abril	Visita dos Estudantes <i>online</i>	Estagiários e público externo	--	Transmissão ao vivo	1h30		
28	Abril	ESCOLA AO VIVO Painel Virtual Programa Trabalho Seguro	Magistrados, servidores e estagiários	--	Transmissão ao vivo	3h		
30	Abril	ESCOLA AO VIVO Saúde mental em tempos de trabalho remoto	Magistrados, servidores e estagiários	--	Transmissão ao vivo	1h30		

Maio

1 – Dia do Trabalho

Semana Nacional da Conciliação – CSJT (sempre última semana de Maio) - não tem data prevista ainda

2ª Semana de Maio – Definida pelo Comitê Gestor local de Gestão de Pessoas como a semana para concentrar as ações da campanha contra assédio no ambiente de trabalho (moral, institucional, sexual)
 Maio amarelo – Prevenção de acidentes de Trânsito
 13 – Abolição da Escravatura
 17 – Dia Mundial da Reciclagem
 18 - Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
 22 – Dia Internacional da Biodiversidade

continuação	Maio (desde março)	Curso Transtornos mentais da USP	Magistrados	--		60h		
3 a 4	Maio	3º Ciclo – LGPD – Oficinas O que muda na prática judicial? O que muda na prática institucional? O que muda na rotina de trabalho?	Servidores da área administrativa	--		4h 2 docentes		
5 a 18	Maio	Curso Ferramentas de Gestão – Turma 3 (Etapa 1)	Diretores de secretarias de VTs	--	A distância (moodle)	16h	Diretores de Secretaria	Formação continuada
6 e 7	Maio	3º Ciclo – LGPD – Oficinas O que muda na prática judicial, institucional e na rotina de trabalho?	Desembargadores e servidores de 2º Grau	Eixo: Direito e Sociedade Subeixo: Tecnologia		4h 2 docentes		
10 a 31	Maio	Curso de Formação e Aprimoramento para Agentes de Segurança	Agentes de Segurança	--	A distância (contratação, em torno de R\$56.000,00 com tutoria ou R\$28000,00 sem tutoria)	30h		
11	Maio	ESCOLA AO VIVO Combate ao assédio no ambiente de trabalho (moral, institucional, sexual)	Magistrados, servidores e estagiários	--		1,5		
13 a 14	Maio	3º Ciclo – LGPD – Oficinas O que muda na prática judicial? O que muda na prática institucional? O que muda na rotina de trabalho?	Magistrados e servidores de 1º Grau	Eixo: Direito e Sociedade Subeixo: Tecnologia		4h 2 docentes		
14	Maio	ESCOLA AO VIVO Programa Trabalho Escravo Painel Virtual	Magistrados, servidores e estagiários	--	Transmissão ao Vivo	3h		
17	Maio	ESCOLA AO VIVO Dia mundial da Reciclagem e preservação do ecossistema	Magistrados, servidores e estagiários			2h		
18	Maio	ESCOLA AO VIVO Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Magistrados, servidores e estagiários			2h		

19 a 28	Maio	Curso Ferramentas de Gestão – Turma 3 (Etapa 2)	Diretores de secretarias de VTs	--	Google Meet	10h	Diretores de Secretaria	Formação continuada
25	Maio	Visita dos Estudantes <i>online</i>	Estagiários e público externo	--	Transmissão ao Vivo	1h30		
27 e 28	Maio	Curso – Execução	Magistrados e servidores	Eixo: Resolução de conflitos Subeixo: Execução	Google Meet	4h		
A definir	Maio	Curso Comunicação Não Violenta no âmbito institucional	Servidores da área administrativa	--	A distância (zoom)			
Contínuo	Maio	Curso Novos desafios do trabalho a distância	Magistrados e servidores	Eixo: Direito e sociedade Subeixo: tecnologia	A distância (moodle)	40h (atual Teletrabalho)	Magistrados e servidores	Formação inicial e continuada
A definir	Maio	Curso Objetivos de Desenvolvimento sustentável – ODS/TRT2 (a partir de março)	Magistrados e servidores	Eixo: Direito e sociedade Subeixo: sustentabilidade e direitos humanos	A distância (moodle)	20h	Magistrados e servidores	Formação inicial e continuada

Junho

3 e 4 – Corpus Christi

De 1 a 5 de junho – Semana Mundial do Meio Ambiente
12 – Dia Mundial contra o Trabalho Infantil
Junho Vermelho – Conscientização de doação de sangue
Congresso do Trabalho

A definir	Junho	Folhawe e Passivos	Servidores da TI ligados ao tema, Coordenadoria de Preparação de Pagamento de Pessoal e Secretaria de Orçamento e Finanças	--	Google Meet	20h		
1 a 30	Junho	Curso de Formação e Aprimoramento para Agentes de Segurança (continuação)	Agentes de Segurança	--				
2 a 29	Junho	Curso EXE 15 Turma 2	Servidores de 1º grau	--	A distância (moodle)	35h	Servidores de 1º grau	Formação continuada
10 a 11	Junho	Curso Provas Digitais	Magistrados	Eixo: Direito e Sociedade Subeixo: Tecnologia	Google Meet	4h		
10 a 30	Junho	Curso Ambientação para estagiários	Estagiários	--	A distância (moodle)	5h	---	---

A definir	Junho	Curso Execução – Pesquisa Patrimonial	Magistrados e servidores	Eixo: Resolução de conflitos Subeixo: Execução	A distância (moodle)	50h	Magistrados e Servidores	Formação continuada
A definir	Junho	Curso: Novos desafios do trabalho a distância	Magistrados e servidores	--	A distância (moodle)	30h (atual Teletrabalho)	Magistrados e Servidores	Formação inicial e continuada
11	Junho	ESCOLA AO VIVO Painel Virtual Programa de Combate ao Trabalho Infantil	Magistrados, servidores e estagiários	--	Transmissão ao vivo	2h		
16	Junho	Visita dos Estudantes <i>online</i>	Estagiários e público externo	--	Transmissão ao vivo	1h30		
24 e 25	Junho	3ª fase da Capacitação para Secretários de audiência (2ª edição)	Secretários de Audiência	--	Google Meet	4h		
A definir	Junho	Curso Desenvolvimento Gerencial (Tema gestão a distância com foco nas pessoas) Turma 1	Gestores de todas as áreas	--	A distância	20h		
A definir	Junho	Curso Relações interpessoais no trabalho – desenvolvimento de gestores (TRT3)	Gestores da área administrativa e 1º Grau	--	A distância (moodle)	A definir	Gestores área administrativa Diretores de secretaria	Formação continuada

ADENDO AO ANEXO I DO PLANO ANUAL 2021 DA ESCOLA JUDICIAL

AÇÕES DO 2º SEMESTRE

PERÍODO	MÊS	EVENTO	PÚBLICO-ALVO	EIXO ENAMAT	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	ITINERÁRIO	PROGRAMA
Julho								
9 e 10 - Revolução constitucionalista								
14 – Dia da Liberdade de Pensamento 17 – Dia de Proteção às Florestas 30 – Dia Internacional de Combate ao Tráfico de Pessoas								
Contínuo	Julho	Novos desafios do trabalho a distância	Magistrados e servidores	Eixo: Direito e sociedade Subeixo: tecnologia (3.3.a, 3.3.b e 3.3.e)	A distância (moodle)	25h	Magistrados e servidores	Formação inicial e continuada
2		Direito em Tela	Estagiários do TRT15	--	Google Meet		Estagiários	Formação Inicial
1º a 5 (Continuação)	Julho	Curso EXE 15 Turma 2 (continuação)	Servidores de 1º grau	--	A distância (moodle)	continuação	Servidores de 1º grau	Formação continuada
5, 7, 12, 14 e 16	Julho	Desenvolvimento Gerencial (Gestão do Teletrabalho com Foco nas Pessoas) Turma 1	Gestores de todas as áreas	--	A distância	20h		
21 a 31	Julho	Curso Ferramentas de Gestão - Turma 4 (Etapa 1)	Diretores de secretarias de VTs		A distância (moodle)	16h	Diretores de Secretaria	Formação continuada (?)
15 e 16	Julho	3 Oficinas Simultâneas 1) Procedimentos para processamento dos Agravos de Petição. Stop and Go 2) Procedimentos para pesquisas patrimoniais básicas e avançadas: Vamos olhar pelo buraco da fechadura? 3) Procedimentos para reunião de execuções: Solidarizando e organizando os credores	Magistrados e Servidores		Aula ao vivo no Zoom	2,5		
Agosto								
10 e 11 – Dia dos cursos jurídicos Agosto dourado - Aleitamento materno								

14 – Dia do Combate à Poluição
 23 – Dia do Combate à Injustiça
 26 – Dia Internacional da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão
 26 – Dia Internacional da Igualdade da Mulher
 28 – Dia Nacional do Voluntariado

Contínuo	Agosto	Novos desafios do trabalho a distância	Magistrados e servidores	Eixo: Direito e sociedade Subeixo: tecnologia (3.3.a, 3.3.b e 3.3.e)	A distância (moodle)	25h	Magistrados e servidores	Formação inicial e continuada
10 a 31	Agosto	Curso Ambientação para estagiários	Estagiários		A distância (moodle)	5h	---	---
A definir	Agosto	3ª fase da Capacitação para Secretários de audiência	Secretários de Audiência	--	Moodle	-		
a definir	Agosto	Ferramenta de gestão	Magistrados					
2 a 31	Agosto	Minuta de voto	Servidores de gabinetes de desembargadores					
3 a 4	Agosto	Curso SISTEMA DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS E RPVs - GPPEC (2ª etapa)	Servidores envolvidos na execução de Precatórios nas unidades de 1º grau		Google Meet	6h Turma 1 - 9 às 12h Turma 2 - 14h às 17h	Servidores	Formação continuada
5 e 6	Agosto	3 Oficinas Simultâneas 1) Procedimentos para condução das execuções contra múltiplos devedores: A dança das cadeiras 2) Procedimentos para condução das execuções contra devedor insolvente (recuperação judicial e falência): Apertem os cintos, o patrimônio sumiu! 3) Procedimentos para aplicação da prescrição intercorrente: a inércia dolosa de quem finge querer litigar	Magistrados e servidores		Zoom	2,5h	Magistrados e Servidores	
9 a 30	Agosto	Gestão de conflito com ênfase na CNV (Turma 2)	Magistrados e Servidores da área administrativa	Eixo: Alteridade Subeixo: Relacionamento interpessoal	A distância (zoom)	16,5 horas-aula	Magistrados e servidores da área administrativa	Formação continuada
1º a 3	Agosto	Curso Ferramentas de Gestão - Turma 4 (Etapa 1)	Diretores de secretarias de VTs		A distância (moodle)	16h	Diretores de Secretaria	Formação continuada (?)
4 a 17	Agosto	Curso Ferramentas de Gestão - Turma 4 (Etapa 2)	Diretores de secretarias de VTs		Google Meet	10h	Diretores de Secretaria	Formação continuada (?)

16, 18, 20, 23 e 25	Agosto	Desenvolvimento Gerencial (Gestão do Teletrabalho com Foco nas Pessoas) Turma 2	Gestores de todas as áreas		A distância (moodle)	20h		
18 a 31	Agosto	Curso Ferramentas de Gestão - Turma 5 (Etapa 1)	Diretores de secretarias de VTs		A distância (moodle)	16h	Diretores de Secretaria	Formação continuada (?)
a definir	Agosto	Libras Continuação da turma oferecida em abril (complementação carga horária do normativo)	Magistrados e servidores	Eixo: Alteridade Subeixo: Direitos humanos e populações vulneráveis	A distância (moodle)	?	Magistrados e servidores	Formação inicial e continuada
4 a 31	Agosto	Curso Formação Inicial de mediadores	Magistrados e servidores	Eixo: Resolução de conflitos Subeixo: Conciliação, arbitragem e meios adequados de resolução de disputas	A distância (moodle)	Magistrados - 65 Servidores - 160	Magistrados Servidores de VT	Formação inicial
19	Agosto	Visita dos Estudantes <i>on-line</i>	Magistrados, servidores e estagiários					
27	Agosto	Escola ao Vivo - A mulher no movimento sindical brasileiro - (Dia 26/8 - Dia internacional da igualdade da mulher)	Magistrados, servidores e estagiários		Transmissão ao vivo no canal	2h		Formação continuada

Setembro

7 - Dia da Independência do Brasil
SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO – CSJT: 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 – realizadas na 3ª semana de setembro e 2020 na última semana de novembro (não há previsão para 2021)

Setembro amarelo – Prevenção do Suicídio
21 – Dia da árvore
21 – Dia nacional de luta da pessoa com deficiência
28 - Dia da Lei do Ventre Livre

Contínuo	Setembro	Novos desafios do trabalho a distância	Magistrados e servidores	Eixo: Direito e sociedade Subeixo: tecnologia (3.3.a, 3.3.b e 3.3.e)	A distância (moodle)	25h	Magistrados e servidores	Formação inicial e continuada
1º a 30 (continuação)	Setembro	Minuta de voto	Servidores de gabinetes de desembargadores			continuação		
1º a 30	Setembro	Curso Execução trabalhista: Interpretação dos dados de pesquisa patrimonial	Magistrados e servidores	Eixo: Resolução de conflitos Subeixo: Execução	A distância (moodle)	50h	Magistrados e Servidores	Formação continuada

1º a 28	Setembro	Gestão Documental - da análise de autos findos à destinação final	Servidores de 1º grau		A distância (moodle)	A definir	Servidores de 1º grau	Formação continuada
4 a 31	Setembro	Cálculo e liquidação de sentença no PJE-calc (oferecido aos calculistas em 2020 - estender aos servidores em geral)	Servidores 1º grau		A distância (moodle)	40h	Servidores de 1º grau	Formação continuada
data a definir	Setembro	ESCOLA AO VIVO Palestra com o Ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin (STJ) - Diversidade LGBTQ+	Magistrados e servidores					
9 a 10	Setembro	Encontro Anual de Magistrados	Magistrados		Google Meet e transmissão no canal	11h	Magistrados	
1º a 14	Setembro	Curso Ferramentas de Gestão - Turma 5 (Etapa 2)	Diretores de secretarias de VTs		Google Meet	10h	Diretores de Secretaria	Formação continuada (?)
17	Setembro	Oficina - Representatividade/Inclusão Empresa Consolidar	Membros da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, Direção da Escola, Presidência, VPJ, VPA, 2 Corregedoras, Ouvidor, Diretor-Geral, Secretário do Tribunal, Secretário Geral da Presidência, Comunicação Social	Eixo: Alteridade Subeixo: Empatia e Relacionamento Interpessoal	Plataforma Zoom	2,5h		Formação continuada
20 (início)	Setembro	Curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos	Servidores da área administrativa, especificamente da Secretaria Administrativa, DGCA, Assessoria Jurídica e CCIN		A distância (contratação de empresa ou um docente)	30h	Servidores da área meio	Formação continuada
15 a 28	Setembro	Curso Ferramentas de Gestão - Turma 6 (Etapa 1)	Diretores de secretarias de VTs		A distância (moodle)	16h	Diretores de Secretaria	Formação continuada (?)
29 e 30	Setembro	Curso Ferramentas de Gestão - Turma 6 (Etapa 2)	Diretores de secretarias de VTs		A distância (moodle)	16h	Diretores de Secretaria	Formação continuada (?)
20	Setembro	ESCOLA AO VIVO - Palestra em celebração ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência(21/9)	Magistrados, servidores e estagiários			2h		
24	Setembro	DIREITO EM TELA	Magistrados, Servidores e Estagiários					
a definir	Setembro	Libras Continuação da turma oferecida em abril (complementação carga horária do normativo)	Magistrados e servidores	Eixo: Alteridade Subeixo: Direitos humanos e populações vulneráveis	A distância (moodle)	?	Magistrados e servidores	Formação inicial e continuada
1 a 30 (continuação)	Setembro	Formação inicial de mediadores	Magistrados e servidores	--	A distância (moodle)	Magistrados - 65 Servidores - 160	---	?

Outubro

12 – Dia de Nossa senhora Aparecida
(geralmente realizada uma semana antes do feriado do servidor publico) – Semana do Servidor
28 – Dia do servidor público

2 - Dia Internacional da Não Violência
4 - Dia da Nacional da Natureza
10 – Dia Mundial da Saúde Mental
15 – Dia do Professor
Outubro rosa – Conscientização do Câncer de mama

Contínuo	Outubro	Novos desafios do trabalho a distância	Magistrados e servidores	Eixo: Direito e sociedade Subeixo: tecnologia (3.3.a, 3.3.b e 3.3.e)	A distância (moodle)	25h	Magistrados e servidores	Formação inicial e continuada
a definir	Outubro	Segurança da informação	Magistrados e servidores					
a definir	Outubro	Formação Continuada de Mediadores (atualização)	Servidores formados em mediação	-	A distância (moodle) + aulas ao vivo Google Meet ou Zoom			
1º a 29 (continuação)	Outubro	Cálculo e liquidação de sentença no PJE-calc (oferecido aos calculistas em 2020 - estender aos servidores em geral)	Servidores 1º grau		A distância (moodle)	40h	Servidores de 1º grau	Formação continuada
1º a 12 (continuação)	Outubro	Curso Execução trabalhista: Interpretação dos dados de pesquisa patrimonial	Magistrados e servidores	-	A distância (moodle)		Magistrados e Servidores	Formação continuada
a definir	Outubro	Libras Continuação da turma oferecida em abril (complimentação carga horária do normativo)	Magistrados e servidores	Eixo: Alteridade Subeixo: Direitos humanos e populações vulneráveis	A distância (moodle)	?	Magistrados e servidores	Formação inicial e continuada
7 e 8	Outubro	CONGRESSO DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO	Público interno e externo	-	Transmissão ao vivo			
1º a 8	Outubro	Curso Ferramentas de Gestão - Turma 6 (Etapa 2)	Diretores de secretarias de VTs		Google Meet	10h	Diretores de Secretaria	Formação continuada (?)
15	Outubro	Oficina - Representatividade/Inclusão Empresa Consolidar	Magistrados e servidores de 1º e 2º graus	Eixo: Alteridade Subeixo: Empatia e Relacionamento Interpessoal	Plataforma Zoom	2,5h		Formação continuada
1º a 30 (continuação)	Outubro	Minuta de voto	Servidores de gabinetes de desembargadores					
6 a 27 (continuação)	Outubro	Formação inicial de mediadores	Magistrados e servidores	--	A distância (moodle)	Magistrados - 65 Servidores - 160	Formação de mediadores ?	---

18, 20, 22, 25 e 27	Outubro	Desenvolvimento Gerencial (Gestão do Teletrabalho com Foco nas Pessoas) Turma 3	Gestores de todas as áreas		a distância	20h		
	Outubro	Formação continuada de Mediadores	Servidores formados em mediação			20 horas		
21	Outubro	Visita dos estudantes <i>on-line</i>	Magistrados, servidores e estagiários					

Novembro

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO DO CNJ – 2015, 2016 e 2017 e 2020 – realizada na 4a semana de novembro e 2018, 2019, realizadas na 1a semana de novembro
1 e 2 – Finados
15 – Proclamação da república
20 – Dia da consciência Negra

Novembro Azul – Conscientização da prevenção e combate ao câncer de próstata ao diabetes.
25 - Dia Internacional de Não Violência contra as Mulheres
20 – Dia da consciência Negra

Contínuo	Novembro	Novos desafios do trabalho a distância	Magistrados e servidores	EIXO: Direito e sociedade Subeixo: tecnologia (3.3.a, 3.3.b e 3.3.c)	A distância (moodle)	25h	Magistrados e servidores	Formação inicial e continuada
10 a 30	Novembro	Ambientação para estagiários	Estagiários		A distância (moodle)	5h	---	---
1º a 30 (continuação)	Novembro	Minuta de voto	Servidores de gabinetes de desembargadores					
3 a 30	Novembro	Precatórios e RPVs à luz da Resolução nº 303 do CNJ	Servidores de 1º grau		A distância (moodle)	20h	Servidores de 1º grau	Formação continuada
17, 19, 22, 24 e 26	Novembro	Desenvolvimento Gerencial (Gestão do Teletrabalho com Foco nas Pessoas) Turma 4	Gestores de todas as áreas		a distância	20h		
8 a 12	Novembro	Estágio do Curso de Formação de Mediadores	Servidores Magistrados (provavelmente o estágio será mensal)			40h		
12	Novembro	DIREITO EM TELA	Magistrados, Servidores e Estagiários					

19	Novembro	ESCOLA AO VIVO Programa Trabalho Escravo Painel Virtual	Magistrados, servidores e estagiários		Transmissão ao Vivo	3h		
26	Novembro	ESCOLA AO VIVO DIVERSIDADE (Atividade do Grupo de Estudo)	Magistrados, servidores e estagiários		Transmissão ao Vivo	2h		
Dezembro								
8 – Dia da Imaculada Conceição								
10 - Dia Universal dos Direitos Humanos								
3	Dezembro	80 ANOS - comemorativo						
10	Dezembro	ESCOLA AO VIVO PROGRAMA TRABALHO INFANTIL	Magistrados, servidores e estagiários		Transmissão ao Vivo no Canal	2h		